

1 ATA DA DUCENTÉSIMA QUINQUAGÉSIMA PRIMEIRA REUNIÃO
2 EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL – CMAS,
3 REALIZADA NO DIA VINTE E SETE DE OUTUBRO DE 2016, NA SEDE DA
4 SECRETARIA MUNICIPAL DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CIDADANIA-
5 SEMDESC. HORÁRIO: 13h50min. QUÓRUM DE ABERTURA: Constatada a presença dos
6 conselheiros (as): **Dener Saldanha Matos** (representante do governo – SEMESC); **Clarice José**
7 **Pires** (representante da sociedade civil – APAE); **Marli Rodrigues Xavier Brito** (representante da
8 sociedade civil – Abrigo Frei Anselmo); **Lucidalva Barreto dos Santos** (representante da
9 sociedade civil – Assistentes Sociais - titular); **Nilma Vieira de Jesus** (representante da sociedade
10 civil – Natal Justino da Costa); **Rosilene Cordeiro Máximo** (representante da sociedade civil –
11 Associação Mão Amiga); **Simone da Silva Camargo Ferreira** (representante da sociedade civil –
12 Psicólogos - suplente); **Júnia Gracielle Ribeiro Mendes** (representante d governo – SESAU); e
13 **Neuzira Cardoso Otoni** (representante da sociedade civil – Psicólogos - titular). Como convidados,
14 Anderson Campesi, representante da PCH Unaí Baixo; Marielly Silva e Edilva Rodrigues,
15 representantes da PCH Mata Velha. Presente ainda, Isabel Aparecida Cruz Randi, técnica da
16 SEMDESC. A vice presidente Lucidalva iniciou explicando o caráter extraordinário da reunião com
17 a finalidade de nivelar informações das atividades das PCHs. Após breve apresentação dos
18 presentes, Lucidalva passou a palavra ao representante da PCH Unaí Baixo. Anderson informou que
19 a operação da PCH estaria em normal funcionamento. Questionado quanto às possíveis pendências
20 quanto às negociações da área atingida esclareceu que todas teriam sido finalizadas. Quanto à
21 equipe de operacionalização do PAS, informou que somente os técnicos da área ambiental ainda
22 permaneciam. Com relação à finalidade de geração de energia, explicou que têm tido dificuldades
23 com relação à ausência de chuva causando uma depreciação dos lagos, o que reflete uma crise
24 hídrica que já vinha assolando outras regiões. Marielly, representante da PCH Mata Velha pontuou
25 ainda a irrigação ocasionada pela utilização de pivôs nas lavouras, que também afetam
26 sobremaneira as águas dos rios. Em seguida Lucidalva passou a palavra à Edilva, representante da
27 PCH Mata Velha que informou que estariam finalizando as atividades do Posto de Atendimento,
28 uma vez que já haviam cumprido sua finalidade e o acordo anteriormente feito com o CEAS, por
29 ocasião da licença de operação. Marielly explicou que a única pendência seria a família de João
30 Batista e Fabiana, que foi realocada dentro das negociações, sendo estes trabalhadores que estavam
31 vinculados a um proprietário de terra, mas que os havia dispensado. Ocorreu que na terra oferecida
32 o poço secou e a família estaria se recusando a realocar-se. Esclareceu que a terra dispensada à
33 família foi de escolha da própria e que a falta de água estaria motivando a recusa da mudança.
34 Informou ainda que a família estaria impondo a condição de estabelecer um poço artesiano na nova
35 terra, no entanto a perfuração do mesmo dependeria de disponibilização de recursos e autorização
36 ambiental, demandando um tempo maior. Edilva informou que foi oferecida a oferta de caminhosões

37 pipas para reabastecimento da cisterna que secou, mas o casal ainda se recusava. Severina Alda
38 ratificou que haviam visitado o casal em outra oportunidade, juntamente com Rosalice Tassar,
39 técnica do CEAS, e que a terra e a edificação da nova propriedade seriam satisfatórias, e que a
40 ausência da água seria um risco. Lucidalva sugeriu contactar a família solicitando que a mesma
41 procure o CRAS Pólo 1 para que seja estabelecido um acompanhamento da situação para posterior
42 deliberação, também o Conselho estaria solicitando do referido equipamento essa aproximação,
43 sendo acatado por todos. Em seguida Lucidalva agradeceu a presença dos representantes das PCHs,
44 deixando-os a vontade para permanecerem na reunião. Passando em seguida a leitura de
45 correspondência enviada ao CMAS questionando a participação de servidores do Cadúnico em
46 evento do Colegiado de Gestores Municipais da Assistência Social – COGEMAS, no qual deveria
47 estar presente o gestor da Assistência Social. A correspondência não tinha emitente, ou seja,
48 anônima, e questionava ainda a contratação de técnico de informática, e desvio de uso do veículo.
49 Lucidalva sugeriu que a Comissão de Fiscalização e Acompanhamento ouvisse as servidoras
50 quando voltassem de Belo Horizonte para melhor entendimento da situação e apuração da denúncia,
51 sendo aceito por todos. Severina Alda sugeriu a formulação de documento em repúdio à aprovação
52 da PEC 241a ser enviado aos Conselhos Nacional e Estadual de Assistência Social, à Câmara dos
53 Deputados e ao Senado, sendo acatado por todos os conselheiros. Em seguida Lucidalva colocou a
54 *“Retificação do Demonstrativo Físico Financeiro de 2013”*, especificamente do Piso Básico
55 Variável II. Explicou que o erro ocorrido no preenchimento do referido documento seria o fato de
56 ter sido lançado o recurso municipal juntamente com o recurso federal, causando assim uma receita
57 superior, e que ainda os empenhos realizados para o pagamento das despesas apontaram a fonte de
58 recurso de forma equivocada, ou seja, foram pagamentos de profissionais, realizados com recurso
59 municipal e não federal. Dessa forma o recurso excedente de R\$ 59.027,91 (cinquenta e nove mil
60 vinte e sete reais e noventa e um centavos) seriam de fonte municipal. Colocada para aprovação a
61 retificação foi aprovada da seguinte forma: Lucidalva (aprovou), Dener (aprovou), Marli (aprovou),
62 Nilma (aprovou), Neuzira (aprovou), Rosilene (aprovou), e Júnia (aprovou). Em seguida, Lucidalva
63 colocou para deliberação a viabilidade de realização da Audiência Pública, mediante o
64 sucateamento do órgão gestor, ocasionado pela exoneração da secretária executiva e ausência de
65 condições logísticas. Após as discussões os conselheiros presentes decidiram por cancelar a
66 realização da Audiência, entendendo tratar-se de evento importante, o qual deveria ser realizado
67 com a atenção e o zelo compatíveis. Severina Alda falou da ausência de combustível e
68 medicamentos nas Casas Lares, tornando a situação insustentável, considerando a complexidade do
69 serviço. Falou ainda da necessidade de atendimento terapêutico na área da saúde para os acolhidos
70 como parte indispensável do trabalho realizado com os mesmos visando o seu retorno às famílias ou
71 à famílias substitutas. Lucidalva sugeriu ao CMAS reunir-se com o prefeito eleito para informá-lo
72 dos problemas a serem enfrentados em caráter de urgência tão logo o mesmo tome posse em janeiro

73 de 2017. Os conselheiros presentes concordaram, ficando decidido convidá-lo a participar da
74 próxima reunião ordinária a realizar-se dia 17 de novembro. Nada mais havendo a tratar, a vice
75 presidente encerrou a reunião, e eu, Isabel Aparecida Cruz Randi, lavrei essa ata que será lida e
76 aprovada por todos os presentes. **ENCERRAMENTO: 16h05min.**

77